

# Editorial

**E**ste número de **Cidades** estrutura-se em torno de algumas temáticas fundamentais que sendo de alguma forma dispersas, todas contribuem para a exploração da territorialização da vida social.

Os três primeiros artigos enquadram-se na área genérica do “desenvolvimento local” discutindo a relação entre espaço e desenvolvimento em espaços rurais glosando o tema numa grande diversidade de abordagens. Não se trata da repetição dos argumentos do velho paradigma mas, pelo contrário, da demonstração da sua pertinência nas discussões actuais sobre o desenvolvimento em meio rural. O mais interessante destes três primeiros artigos – e elemento que é comum a todos – é esta procura de rearticulação entre o tradicional e o moderno, a história e a actualidade, com base na reconciliação entre o local, o regional e o global.

António Fragoso discute, e define, a forma como o “paradigma do desenvolvimento local” se coloca hoje para discutir um espaço local algarvio de aldeamento disperso. Esse espaço rural, apesar das suas potencialidades, nomeadamente as que emergem de fenómenos de identidade e enraizamento local determinantes para o referencial identitário dos seus habitantes, emerge como um “espaço local limitado” obrigando os mais novos a procurar outras referências, entidades e instituições capazes de enriquecerem os seus projectos. Esta relação entre o “local” e o “exterior” não fragiliza o primeiro mas enquadra-o numa rede de recursos alargada aumentando a capacidade de acção dos actores.

Domingos Vaz trabalha, a partir da Beira interior, a construção de “redes urbanas regionais” que estruturam territórios num sistema interactivo transformando-se em espaços de oportunidade e de recursos. Parece também evidente para o autor que, nesse processo de reordenação territorial, as políticas públicas ocupam um lugar central e muito especialmente as relacionadas com o desenvolvimento regional e a organização territorial.

João Alves aprofunda o conceito de “património rural” demonstrando como este pode ser hoje um factor de desenvolvimento económico, social e

cultural. Através de um entendimento alargado (e profundo) do que é o “património”, defende que este constitui uma vertente imprescindível na construção e manutenção das identidades colectivas e que – nas suas dimensões materiais e imateriais – constitui um factor económico e social indispensável ao desenvolvimento dos territórios locais nomeadamente através do turismo cultural e rural.

Não muito longe desta temática do desenvolvimento, dois outros artigos interrogam as associações de desenvolvimento local, aprofundando o seu papel e formas de interacção, nomeadamente com o seu público e com o sistema político.

Alcides Monteiro, a partir de um universo nacional de análise, interroga-se sobre as motivações destas associações e investiga a percepção que os dirigentes têm do seu papel no contexto do desenvolvimento local, da relação com o Estado e com a sua clientela. A partir desta análise encontra quatro “perfis” de associações que se demarcam e que combinam de forma diferente estas perspectivas: as associações de “orientação instrumental”, as associações de “orientação parapública”; as associações de “orientação autónoma e solidária”, e as de “orientação militante”.

Yvan Comeau debruça-se sobre a mesma problemática das associações, agora num contexto diferente (o Quebec, no Canadá) apelidando-as de “sistemas locais de bem-estar” mas dando também conta da sua diversidade institucional e organizacional a partir de elementos muito semelhantes aos da análise de Alcides Monteiro. Defende ainda que a capacidade estratégica de acção destes organismos e a dinâmica das relações sociais que desencadeiam pode ser analisada à luz das teorias de Giddens e da teoria dos movimentos sociais.

Para além da reflexão sobre o desenvolvimento local e do associativismo, este número da revista introduz ainda dois temas: o da Habitação por mão de Sandra Marques Pereira e o da Avaliação por Ray Pawson. Este último tema é reforçado pela recolha bibliográfica de Alexandra Amorim que vem na rubrica Bibliografias.

Sandra Marques Pereira fala-nos do ideário moderno ligado à concepção das habitações do século XIX aos nossos dias. A autora explicitando os pressupostos do Movimento Moderno, analisa os seus impactes nas concepções do alojamento no século XIX que considera estarem ainda muito presentes (demasiado?) nas concepções dos alojamentos na actualidade. Interroga assim, à luz do Movimento Moderno, a programação do espaço privado da habitação, a higienização do alojamento e da cidade e a concepção do habitat colectivo. A autora, defendendo a necessidade de realização de pesquisas multidisciplinares sobre estas problemáticas, abre novas perspectivas e interroga-se sobre a menor importância dada às análises sobre a estrutura interna dos alojamentos na pesquisa actual.

Ray Pawson, um dos maiores nomes da actualidade da “avaliação realista”, apresenta, e justifica, os princípios desse tipo de avaliação em função da realidade a avaliar. Demonstrando como a complexidade dos problemas sociais arrasta a complexidade dos programas de intervenção e como estes são, por sua vez, o resultado instável de lógicas diversificadas dos actores que têm capacidade de decisão sobre os processos e resultados que fundamentam a intervenção. Os objectivos da avaliação seriam assim os de avaliar o programa partindo dessa “teoria” que é constituída pelos pressupostos subjacentes à intervenção.

Inquieto, como sempre, João Ferrão elabora um ensaio que intitula “A cidade como agitação social: pedido de ajuda de um geógrafo aos colegas das ciências sociais”. O artigo tem como tese a necessidade de modernizar a concepção da análise da cidade pois o autor considera que as perspectivas racionalistas ou pós-modernistas já manifestaram os seus limites. A cidade bicicleta (como mobilidade), a cidade cultural, cadinho de comunicações cruzadas e paradoxais, a cidade produto da acção mas também da decisão de uma miríade de actores, exige a introdução de novos conceitos como os de urbanismo quotidiano, o de cidade criativa, o de democracia deliberativa, etc. Faz assim um apelo aos colegas das outras ciências para que “contribuam criativamente para aumentar a literacia urbana tanto do ponto de vista analítico como propositivo”.

Para além da recensão de Teresa Amor sobre as propostas de Nuno Portas, Álvaro Domingues e João Cabral editado pela Gulbenkian – *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*, Alexandra Amorim apresenta uma pesquisa bibliográfica sobre avaliação. Esta recolha, muito interessante e completa, deve ser útil a investigadores e outros estudiosos, pois identifica obras existentes em Portugal e algumas delas à mão de um *clikar* na Internet.

*Isabel Guerra*